

## **Por uma revisão conceitual do gênero crônica: entre a montanha e o rés do chão**

**MARIA CRISTINA RIBAS (UERJ/Faperj)**

### **Resumo:**

*Com o olhar voltado para o professor em formação no ensino de literatura, pretendemos uma breve revisão historiográfica da rede conceitual que envolve a crônica no Brasil, a partir dos clichês de definição institucionalizados por parte da crítica (CÂNDIDO, 1992; COUTINHO, 2003; MOISÉS, 1967; SÁ, 2002) e aceitos pela comunidade leitora como explicação do gênero em foco. Como intersecção dos discursos jornalístico e literário, o gênero crônica vem carregando para si os mitos dos seus constituintes (MEDEIROS, 2004) sejam objetividade, verdade-da-informação (MARIANI, 1998), no caso do gênero jornalístico, sejam subjetividade, polissemia, no caso do literário – que se associam a outros estigmas, tais como: hibridismo, efemeridade, coloquialidade, leveza, atributo ‘menor’, ‘talento do autor e ‘natureza’ do texto, um conjunto do que chamamos conceitos-fetice (ECO, 1976; GUSMÃO, 2012). O grau de subjetividade dos estigmas circunscritos à crônica os torna ineficazes do ponto de vista epistemológico, o que incide sobre o ensino de literatura, sobretudo na explicação do gênero em foco, de maneira bastante redutora. A revisão conceitual do gênero hoje é bastante salutar na medida em que revitaliza a prática do pesquisador e do docente.*

**Palavras-chave:** discurso cronístico; periódicos; revisão conceitual; gênero crônica; literatura.

### **Introdução**

Neste trabalho, propomos a revisão do conceito de crônica devido, por um lado, a uma das vertentes da nossa pesquisa do Prociência, que lida com a delicada tarefa de revisão conceitual; por outro, em função da nossa preocupação com o ensino de literatura e o tão falado estímulo à leitura e produção nas escolas e na própria Universidade. Como docentes em uma Faculdade de Formação de Professores, a citada preocupação, que sempre existiu, ganhou realce ainda mais explícito, e este trabalho específico com o gênero crônica foi estimulado nos projetos de Iniciação Científica e Iniciação à Docência, este com início em 2004. Tal projeto é, portanto, bastante antigo e ao mesmo tempo novo e surpreendente porque, durante os *descaminhos* da pesquisa, como costume chamar a saudável errância do processo, refizemos as nossas próprias constatações, hipóteses, percursos, conclusões — eventuais, inconclusas -, enfim, redutos não fechados ou vazios, mas sempre preenchíveis e sujeitos à indagação.

A reflexão que ora encaminhamos faz parte do nosso próprio processo de pesquisa e análise e entremeia a nossa reflexão e a nossa prática, numa aliança incansável entre estudo constante e experiência compartilhada. Pode parecer obviedade, mas, para nós, a ressalva é fundamental porque implica numa atitude colaborativa e não determinística. Ao questionarmos as definições circunscritas ao gênero, ao pormos em xeque aspectos consensualmente assumidos como ‘características’ da crônica, acabamos promovendo, em nosso público, um mal estar decorrente da desconstrução que uma revisão conceitual pode operar. Vale, entretanto, explicitar que este abalo foi uma experiência vivida também por nós, a partir do momento em que percebemos que as próprias definições que empregávamos não davam conta do gênero crônica – ao contrário, reduziam a abordagem, exigindo descrição de exceções e particularidades individuais dos autores que comprovavam sua inadequação. Acrescentamos, ainda, o dado de que lidar com revisão conceitual **não** implica, necessariamente, em conceituar. Antes, o esforço é examinar as definições com que lidamos e testar sua eficiência, tentando escapar da fetichização do conceito, ou, pelo menos, da percepção de sua ineficácia epistemológica. Em suma, noções são clichêizadas, redutoras, tantas vezes arbitrárias, mas necessárias a qualquer comunicação entre sujeitos. Cabe-nos, então, conscientizarmo-nos acerca dos seus limites e alcances, perceber os discursos ideológicos que as presidem, os efeitos na esfera da recepção.

Enfatizamos, portanto, que nossa busca por entender o discurso cronístico é uma dinâmica em gerúndio e que se estende ao nosso próprio olhar e experiência - um esforço constante para que o estudo possa ser de fato trans-formador.

## **2. Revisitando parte da crítica:**

Constatamos a precariedade de embasamento teórico a que pesquisadores que se propõem a estudar o gênero possam recorrer, mas não podemos deixar de ressaltar as valiosas contribuições de críticos que o analisaram por outros vieses, como Beatriz Resende (1995), os historiadores Chalhoub (2009), Margarida Neves (2005), Magali Engels (2004); ou aqueles que estudaram o discurso cronístico pelo viés da Análise do Discurso (MARIANI, 1997; MEDEIROS, 2004).

Em nível específico, é preciso lembrar que, como provável intersecção dos discursos jornalístico e literário, o gênero crônica carrega para si os mitos e ilusões dos seus constituintes (MEDEIROS, 2004). E em termos gerais, o impasse da definição aqui

assumido parece estender-se ao estabelecimento de conceitos na contemporaneidade, tendo em vista a experiência da diversidade dos objetos, sujeitos e eventos, interpenetração de fronteiras, rapidez da informação, agilidade dos meios, interdiscursividades. A nossa análise pretende ser clara e respaldada, ao mesmo tempo não pretende cair no que Luís de Gusmão denomina “a ilusão teoricista do vocabulário perfeito” (2012, p.12). Caminhemos, pois, passo a passo.

Se voltarmos aos estudos de Cândido (1992), Coutinho (2003) e Massaud Moisés (1967), ressalvadas as diferenças, vamos encontrar o elogio de traços específicos para a definição de crônica: ‘graciosidade’, ‘coloquialidade’ da escrita, ‘leveza’ para tratar de ‘coisas sérias’. Enquanto Cândido chama a atenção para a delicadeza do comentário, Coutinho enfatiza o aspecto estrutural da crônica e Moisés sublinha o seu caráter jornalístico. Em se tratando de um gênero periódico, os autores falam, ainda, no tempo de elaboração e aprimoramento do texto como fator qualificativo, o que, em princípio, inferiorizaria a crônica diante do romance e da poesia, cujo trabalho de composição demandaria um tempo maior. A citada (des)qualificação – com base no tempo empregado para o trabalho de elaboração – implica no critério subjetivo para validar o gênero. Não podemos esquecer, também, que Coutinho defende as marcas de flexibilidade, mobilidade e mesmo irregularidade como próprias da natureza da crônica (COUTINHO, 2002, p. 133, gr. nossos). Caracterizações de tal ordem - a natureza do texto - denotam a concepção imanentista de grande parte da crítica sobre o gênero e reforçam o grau de subjetividade das definições. Herdeiros de uma concepção essencialista de literatura – e conseqüentemente da crônica -, tendo que lidar com a “pluralidade de tecidos textuais sob o mesmo rotulo” (MEDEIROS, 2004, p.102) e tudo somado ao esforço de propor uma formulação que abrigue a variedade, estes críticos propõem, como saída ao impasse conceitual, a formulação de ‘subgêneros’ com respectivos exemplos.

A configuração proposta por Cândido (1992) tangencia sua preocupação com a noção de sistema literário; há sempre um esforço de sistematizar a diferenciação e, ao pensar os subgêneros, ele privilegia o modo de exposição e objetivo. Formula a seguinte divisão, com respectivos exemplos: (1) Crônica-Diálogo – quando o cronista e seu interlocutor se revezam trocando pontos de vista e informações (Drummond, Sabino); (2) Crônica Narrativa – quando apresenta alguma estrutura de ficção, semelhante ao conto (Rubem Braga); (3) Crônica Exposição Poética – quando faz uma divagação sobre

um acontecimento ou personalidade, tecendo uma série de associações (Paulo Mendes Campos); e (4) Crônica Biográfica Lírica – narrativa poética da vida de alguém (o mesmo). Ressaltamos, aqui, que a necessidade de ilustrar os subgêneros, sempre com exemplos, demonstra a insuficiência da formulação; ou melhor, constata que o modelo refere-se a produções específicas e/ou generalizações apressadas e, como tal, não dá conta da matriz pretendida – se é que ela existe.

Afrânio Coutinho, ao mesclar tema, estrutura e objetivo, propõe cinco subgêneros, também assegurados pelo exemplo: (1) Crônica narrativa – quando se desenvolve em torno de uma estória ou de um episódio, o que a aproxima do conto (Sabino); (2) Crônica metafísica – quando o autor tece reflexões filosóficas sobre acontecimentos ou homens (Machado e Drummond); (3) Crônica poema-em-prosa – de conteúdo lírico, correspondente ao suposto extravasamento da alma do artista (Rubem Braga, Bandeira, Raquel de Queiroz); (4) Crônica-comentário – miscelânea de assuntos, o chamado “bazar asiático”, na expressão de Eugênio Gomes, pois trata de vários assuntos diferentes (Machado e Alencar); e (5) Crônica-informação – que, segundo Coutinho, se aproximaria mais do sentido etimológico, por divulgar os fatos com breves comentários.

Massaud Moisés, o terceiro da nossa lista, comenta dois tipos de crônica, privilegiando a propagada ambiguidade do gênero: (1) Crônica-Poema – prosa emotiva que chega ao verso (Drummond); e (2) Crônica-Conto – o cronista narra um acontecimento que despertou sua atenção, como se fosse um conto.

Primeiro, enfatizamos que os exemplos representam a garantia da especificação que a definição por si só não sustenta. Segundo, a leitura e análise dos textos das crônicas demonstram que as várias textualidades do discurso cronístico deslizam destes enquadres e, mesmo aquelas que confortavelmente poderiam se instalar nestes compartimentos pela mão de um crítico mais afeito a categorizações configurariam uma contribuição pouco eficaz. Daí, perguntamos: qual o efeito de um enquadre sem a consciência de sua provisoriedade? E sem que se torne somente mais um valor hierarquizante, uma noção genérica, ambígua e arbitrária, na expressão de Umberto Eco (2004, p.8), um conceito-fetice? Conceitos que, testados, mais cedo ou mais tarde, esfrelam-se em função da sua inconsistência, subjetividade ou teor de abrangência e hipervalorizam o ideal em detrimento do que aflora ao sabor das situações concretas (GUSMÃO, 2012), além de não enxergar a constituição multifacetada do discurso cronístico.

### 3. Conceitos-fetichê?

A crônica instalada no veículo jornal é seu produto, vive sob a égide do mito da informatividade e não corresponde à ilusão da verdade da informação (MARIANI,1998). É preciso considerar, ainda, que o fato de “o termo crônica encabeçar diferentes textualidades” (MEDEIROS, 2004, p.100) complica sua definição; afinal, ela é ‘produto do discurso jornalístico e fruto do trabalho do literato e/ou jornalista’ (MEDEIROS, 2004, p.100). A consistente análise de Vanise Medeiros (2004) em seu recorte específico (período JK) mostra que o termo crônica reúne, nos jornais do período (anos 50), notícias do mundo, eventos culturais, informes sobre saúde ou língua, conversas aconselhadoras com o público, narrativas históricas, notícias e/ou comentários esportivos, notícias sociais, além daquilo que não faz parte da lista, ou seja, o tecido textual do cronista literário – um *fait divers*<sup>1</sup>.

No esforço de continuar ‘desarmadilhando’ conceitos, pomos em xeque o entendimento do gênero como ‘híbrido’, ‘anfíbio’ ou referência similar que aponte para a sua constituição discursiva entre o literário e o jornalístico. Ora, o ‘hibridismo’ não é uma particularidade da crônica – todos os textos são híbridos, intertextos, interdiscursos (vale lembrar que nós, como sujeitos, somos formações intertextuais). Ao pensar a produção literária hoje – sem particularizar um ou outro gênero - Silviano Santiago (2002, p.17) ressalta sua configuração ‘anfíbia’, com vida e resistência em ambientes diferenciados. Diz que “contaminação é antes a *forma* literária [anfíbia] pela qual a lucidez se afirma duplamente”. Ou seja, a perspectiva do crítico mostra que o híbrido como tal é padrão da contemporaneidade. *Pari passu* ao hibridismo, Jorge de Sá, ao mencionar a ambiguidade do gênero, a atribui à ‘essência jornalística’ herdada pela crônica; com uma visão essencialista de literatura, ainda assim reconhece que “o importante é reconhecer que essa mistura nada mais é do que uma tendência da literatura contemporânea, numa enriquecedora confluência de gêneros” (Sá, 2008, p.26). Sobre essa ambiguidade da crônica, Coutinho, por sua vez, assinala que aproximar-se mais do jornalismo ou da literatura estaria a cargo do escritor. Recorre, ainda, à ideia de

---

<sup>1</sup> Do francês *fait* ‘fato’ – do latim *factum*, participio passado de *facere* ‘fazer’ – e *divers* ‘diverso’ – do latim *diversus*, ‘que se separa’, ‘que diverte’, o *fait divers* é da ordem do inclassificável, da enumeração caótica, do quase aleatório.

talento individual conjugado a esforço intelectual, o que permitiria ao escritor sobrepujar a efemeridade herdada ao jornalismo: “(...) somente será considerado gênero literário quando apresentar qualidade literária, libertando-se de sua condição circunstancial pelo estilo e pela individualidade do autor” (COUTINHO, 2002, p.123).

Nessa perspectiva, particularizar a crônica como gênero ‘híbrido’ e colocar a pendência para um ou outro aspecto dessa ambiguidade por conta exclusiva do talento do escritor é mais uma particularização infundada do ponto de vista epistemológico, porque atribui ao gênero uma singularidade que na verdade é plural e compartilhada pelos inúmeros gêneros textuais no cenário discursivo. Reconhecemos, entretanto, uma justificativa: a preocupação com o hibridismo é por conta de a crônica ser produzida, a partir do século XIX, pela mão/pena de literatos, mas no suporte/impressão jornal – o primeiro veículo de comunicação de massa de que temos ciência. Da mesma forma, singularizar a crônica por tematizar **o banal, o cotidiano, o pitoresco** – aspecto contudístico -, também não resolve o impasse. Qual o teor de banalidade dos temas? Por oposição a grandiosos? Quem decide e valoriza tais aspectos e identifica a tendência predominante? E o que dizer da declaração de Coutinho em que o talento do ‘autor’ escolheria tal tendência, ou seja, o tom literário ou jornalístico que o autor imprimiria ao seu texto, podendo ou não se autodenominar cronista?

Sobre a (auto)nomeação do cronista, ressaltamos, ainda, que existem os pseudônimos ou iniciais em lugar da assinatura, além da possibilidade de encontramos um mesmo autor assumindo mais de uma posição discursiva (MEDEIROS, 2004). Em outras palavras, além da dificuldade da localização da crônica – o espaço que ocupa no jornal e lhe imprime uma materialidade -, é preciso considerar “a pluralidade de tecidos textuais em uma mesma coluna e sob um mesmo rótulo” (2004, p.102) , além da nomeação do cronista e sua assinatura como tal.

E, para completar o rosário de conceitos-fetiche, não poderíamos esquecer outro complicador: o atributo da crônica como gênero menor - essa estratégia e/ ou mania recorrente de qualificar, medir e classificar uma obra, qualquer que seja, por um pretensão valor visível, hierárquico, medido pelo movimento de aplicabilidade e retorno, no contexto da sociedade consumista que compomos hoje. Preferimos dizer que a decantada modéstia do dito ‘gênero menor’ é na verdade uma prática social.

Por que, então, a institucionalização da crônica como gênero ‘menor’? A pergunta não precisa ser mais respondida como sempre foi: menor tempo de elaboração que

romance e poesia, espaço reduzido, rodapé do jornal - isso já sabemos. O exame das críticas, estudos sobre o tema e correspondência entre autores apontam para a hipótese de que o qualificativo ‘gênero menor’ tinha outra função, que não a de se considerar, de fato, menor. Do ponto de vista do cronista (autor), considerar sua produção um gênero ‘menor’ funcionava, também, como apelo à modéstia e jogo retórico entre os pares, o que, além de estabelecer um pacto entre eles, estabeleceria uma folga e uma garantia, junto à intelectualidade, para o escritor se distanciar do cânone; do ponto de vista do crítico, uma isenção do risco de endossar um gênero tido como superficial, descuidado, voltado para a massa. Em ambos os casos, ser menor sugere certa isenção e uma justificativa para as eventuais concessões de um produto voltado para a massa. Por este motivo supomos que a estratégia vigorava entre a elite intelectual e não tinha grande serventia junto à comunidade leitora, à massa que degustava o produto sem se preocupar com sua decantada ‘menoridade’. Vale, ainda, pensar no estigma ‘menor’ por conta de estar a crônica num veículo de comunicação de massa - de ampla circulação, portanto -, o que interferiria na sua composição: proposta mais simplificadora, apelativa, próxima do público...e por isso, **menor**.

Além do grau **menor**, do suposto **caráter híbrido** e da **ambiguidade** como decantada herança do seu lado literário, perguntamos como o gênero crônica lida com o **efêmero**, outro de seus consensuais e mais fortes atributos, ligado à temporalidade, ao suporte, às suas condições de produção. Dizemos que a efemeridade do gênero traz consigo seu simétrico complementar, a ilusão de perpetuidade. De acordo com Sá, a crônica, “sendo predominantemente voltada para o urbano, não abandona o rural; centrada no particular efêmero, caminha para a universalidade mais duradoura” (SÁ, 1987, p. 77). Uma ‘universalidade mais duradoura’ diz respeito a um projeto romântico, que enxerga a crônica de maneira isolada, auto-suficiente, como se sua permanência ou efemeridade dependessem de características intrínsecas, manipuladas pela competência do autor. Se a crônica é publicada em periódico – cuja efemeridade já é prescrita e cuja serventia vai da leitura/informação/entretenimento a forro para necessidades animais -, é curioso que seja reivindicada a sua perenidade. Não podemos esquecer, porém, de que a crônica, como qualquer texto publicado, pode constar em outro suporte e isso modifica os protocolos de leitura (CHARTIER, 1996), ao mesmo tempo em que interfere no horizonte de expectativas do leitor (JAUSS, 2002). De acordo com Rodrigues (2009) as crônicas, quando reunidas em livro, ganham uma perenidade que

potencializa a sua leitura. Ao escaparem da contingência da periodicidade, ao deixarem de ser oferecidas aos pedaços, transformam-se em matéria propícia a análise mais sistematizada; queremos dizer: muda o suporte, o espaço de veiculação, transformam-se as expectativas, o tratamento, a configuração, a leitura. E a leitura, enquanto produção de sentido tem suas condições de produção, ou seja, constitui-se na interação autor, leitor, texto (leitor virtual) e histórias da textualização da crônica.

#### **4. Considerações (semi) finais:**

Ao longo do nosso estudo vimos colecionando surpresas, constatações e dificuldades. A principal delas, descrita neste trabalho, tem sido desmistificar o gênero crônica, o que implica, inclusive, em rever o nosso próprio modo de lidar com essa modalidade escrita. Deparamo-nos com a insistência de grande parte da crítica na perpetuação de conceitos e valores que mantêm a crônica circunscrita a um território bastante reduzido; em contrapartida, ressaltamos a importância de um estudo teórico-metodológico voltado para a crônica e defendemos que o esforço de desentranhar uma matriz homogênea que dê conta do gênero limita o debate a discussões previsíveis e rotulações dicotômicas, num desenho de contornos ainda fortemente românticos.

Repensar a crônica implica em perceber o tênue limite entre os conceitos-fetice e os elementos tidos como constituintes:

De uma forma geral, são seus elementos constituintes, desde essa virada dos oitocentos, a brevidade, o estilo coloquial, certa dose de humor, mais ou menos irônico que dá, à leitura dos fatos marcantes do cotidiano sobre os quais se debruça, uma tonalidade de análise crítica. (RODRIGUES, 2009, p.142)

Queremos dizer: identificar ‘características’ de um gênero textual – conforme o trecho - é fetichizar o conceito e corroborar com uma visão imanentista de literatura e gêneros correlatos. Isolar a crônica para conceituá-la numa pretendida independência, como se isso lhe garantisse o status de gênero e preservasse o seu campo de atuação, é ainda um sonho romântico. Por outro lado, ao considerarmos os discursos literário e jornalístico como constituintes do discurso cronístico, é preciso ressaltar que tal relação não é harmônica, afinal trata-se de um jogo de forças em permanente atrito. É nessa tensão entre discursos literário e jornalístico, pondo em xeque os mitos de seus constituintes, que se produz a crônica.

A discussão aqui brevemente apresentada buscou desmontar algumas armadilhas conceituais e condicionamentos que restringem o nosso olhar. Como tal, representa uma virada na nossa pesquisa e esperamos que possa iluminar o estudo do tema.

Em nossa vivência em vários ambientes de ensino, observamos o quanto nós, professores, pesquisadores e alunos em formação ainda resistimos a não sair da costumeira zona de conforto, a não abrir mão dos clichês de definição e similares. E a postura impermeável, resistente a mudanças bloqueia a reflexão e dificulta ou impede o desenvolvimento dos estudos e da prática pedagógica. Não podemos esquecer: em tempos de eclosão de sentimentos e manifestações em série, é preciso começar experienciando em nós mesmos as mudanças que queremos para o mundo.

### ***Referências:***

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: — [et alii]. **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CHARTIER, Roger. **Práticas da leitura..** São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In: —. **A literatura no Brasil**. São Paulo: Global, 2003, vol. 6.

DIMAS, Antonio. A ambiguidade da crônica: literatura ou jornalismo. In: **Littera:** revista para professor de português e literaturas de língua portuguesa. Ano IV, Nº 12 – setembro-dezembro. Rio de Janeiro: Grifo, 1974.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, ed. 2004 e 1976.

GRANJA, Lucia. No rodapé dos jornais: casos do romance-folhetim. **Floema** — Ano VII, n. 9, p. 147-158, jan./jun. 2011.

GUSMÃO, Luís de. **O fetichismo do conceito**. Limites do conhecimento teórico na investigação social. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

JAUSS, Hans Robert. A Estética da Recepção: Colocações Gerais. In: LIMA, Luiz Costa (Coord. e Trad.). **A literatura e o leitor: Textos de estética da recepção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002 p. 67-84.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva (org.). **Gêneros Textuais & Ensino**. 5.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais, 1922-1989. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998.

MEDEIROS, Vanise G. de. **Discurso cronístico**: uma ‘falha no ritual’ jornalístico. Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, v.5, n.1. p.93-118. jul/dez2004.

MEDEL, M. Discurso literário e discurso jornalístico: convergências e divergências. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (org.). **Jornalismo e literatura**: a sedução da palavra. 2. ed. São Paulo: Escrituras Ed., 2002.

MEYER, Marlyse. Um fenômeno poliédrico: o romance folhetim francês do século XIX. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n.2 SP: mai-1994, p. 123-136. Disponível:  
[http://www.abralic.org.br/download/revista/Revista\\_Brasileira\\_de\\_Literatura\\_Comparada\\_-\\_02.pdf](http://www.abralic.org.br/download/revista/Revista_Brasileira_de_Literatura_Comparada_-_02.pdf)

MOISÉS, Massaud. **A criação literária**. Prosa. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

ORLANDI, Eni. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 2001.

PEREIRA, Wellington. **Crônica**: a arte do útil e do fútil: ensaio sobre crônica no jornalismo impresso. Salvador, BA: Calandra, 2004.

RIBAS, Maria Cristina C. Literatura e jornal: quem quer integrar este caso? *Graphos*: Revista da pós-graduação em Letras – UFPB. Vol. 6– Nº 2/1, jul.-dez. 2004.

RODRIGUES, Inara de Oliveira. **Efemeridade e permanência no Livro de crônicas**, de António Lobo Antunes. Navegações. v. 2, n. 2, p. 141-146, jul./dez. 2009.

SÁ, Jorge de. **A crônica**. 6ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

SANTIAGO, S. Uma literatura anfíbia. Revista de Comunicação Social da PUC-Rio, *ALCEU* - v.3 - n.5 - p. 13 a 21 - jul./dez. 2002.

SIMON, Luis Carlos Santos. Do jornal ao livro: a trajetória da crônica entre a polêmica e o sucesso. Revista *Temas & Matizes*. n.5 1º sem.2004. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Disponível em: [www.unioeste.br/saber](http://www.unioeste.br/saber)

ZILBERMAN, R. **Estética da Recepção e história da literatura**. São Paulo: Ática S.A.,1989.